

a instalação de um ginásio em cada município e que por enquanto resolveríamos o problema através do Ginásio do nosso vizinho município de Supércio.

Foi verificado que a próxima sessão ordinária, cairia no próximo dia 15 de junho.

À seguir o Sr. Presidente deu por encerrado os trabalhos. Sendo o que de real aconteceu, lavrei a presente ata, que lida e achada conforme vai por mim assinada, pelo Sr. Presidente e demais membros da casa.

Adriano
 Sebastião Mauzano
 Daniel Guarido
 Nadir Batista
 Juracy Arlindo Dias
 Antônio Ferrel
 José Estopa
 José Teodoro
 Maurício

Ata da décima primeira Sessão Ordinária realizada no dia 15 de junho de 1964.

À hora previamente marcada, feita a chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Antônio Ferrel, Daniel Guarido, Joaquim Ferreira de Assis, José Estopa, José Teodoro de Souza, Juracy Arlindo Dias, Nadir Batista Sever, Sebastião Mauzano, e Vicente Mauzano, num total de nove vereadores. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou aberto os trabalhos. Convidou a seguir o Sr. Secretário a dar conta do Expediente. O Sr. Secretário deu conta da Ata anterior, que não sendo objeto de impugnação, foi aprovada por unanimidade pela Casa. O Sr. Secretário deu conta a seguir da seguinte correspondência: Ofício da Câmara

Municipal de São José da Bela Vista comunicando eleição de mesa: ofício do Prefeito Municipal de São Caetano do Sul sobre realização naquela cidade do XXIX Jogos do Campeonato Aberto do Interior; convite de Guaxupé para assistir a 3ª. exposição Agro-Pecuária e Industrial de Guaxupé; telegrama do senador Auro de Moura Andrade agradecendo manifestação de apreço a propósito do papel que lhe coube no restabelecimento da tranquilidade no País; ofício do Sr. Prefeito enviando a Câmara balancete do mês de maio de 1964. O Sr. Presidente enviou o presente balancete a comissão de finanças e orçamento para receber emissão de parecer. O Sr. Secretário procedeu a leitura do relatório da comissão especial de inquérito que realizou investigações em movimento bancário e outros da Prefeitura Municipal. O Sr. Presidente submeteu o relatório em uma única discussão. Fazendo uso da palavra, o vereador Vicente Marzano solicitou informes se o relatório seria enviado a comissão ou ao Senhor Prefeito. O Sr. Presidente disse que o relatório voltaria a comissão e o Sr. Prefeito seria notificado a comparecer perante a comissão para apresentar a sua defesa dentro de um prazo de 10 dias, podendo dita comissão fazer as inquirições que se fizerem necessárias. Disse que a Casa não tem se precipitado e a matéria tem seguido a sua tramitação legal e se necessário a Casa tem poderes até para decretar impeachment de vereadores ou do Sr. Prefeito. Disse que o processo tem o seu curso normal e que os senhores vereadores têm completa liberdade de ação, estando cientes de suas responsabilidades e do uso de suas consciências. Como mais nenhum vereador fizesse uso da palavra, o Sr. Presidente submeteu a votação nominal o presente relatório, a fim de que fosse verificado se o mesmo era ou não considerado objeto de deliberação. Na votação nominal a maioria absoluta da Casa considerou o relatório objeto de deliberação, pois a votação foi de oito votos contra nenhum não o considerando objeto de deliberação. Afirmou o Sr. Presidente que a Casa decidiu por unanimidade

considerar o relatório objeto de deliberação, tendo agido com completa independência, tendo ainda dado a matéria a tramitação legal. Disse ainda: Houve algumas ameaças de morte o que acreditamos seja pilhéria, pois se algum vereador tivesse errado seria julgado pelo seu erro. Comunicaremos ao Sr. Prefeito da resolução que adotamos nessa reunião. Foi dada a seguir a palavra para explicação pessoal. Fez uso dela o vereador Daniel

Guarido que a guiza de extorcimento informou que as cizas referenciadas no relatório não haviam sido pagas em tempo hábil em decorrência de falta de elementos para processamento das escrituras tais como procurações que deveriam ser dadas ao cartório, objetivando transação. Disse a seguir o Sr. Presidente que a ciza era paga ao Estado, passando posteriormente a pertencer aos municípios, ou seja as Prefeituras, não existindo nenhum direito que faculte a mesma ficar em mãos de quem quer que seja, não sendo portanto admissível que a mesma fique em bolsos de terceiro. Disse: Hoje houve um recolhimento de ciza; o prefeito não deve se intimidar e deve fazer com que sejam processados os recolhimentos; a ciza não tem nenhuma relação com as escrituras. Em

São Paulo compra-se um prédio a prestação, pagando-se antecipadamente as cizas. A seguir o vereador José Sedor de Souza disse o seguinte: Pedimos encarecidamente ao Prefeito para que trabalhe com carinho e que verifique o livro de ata da casa, para que quando haja alguma coisa não seja prejudicado e culpado o vereador ou o Prefeito. Deve Sua Excia prestar pelo menos duas horas de serviço por dia na Prefeitura.

Disse o Sr. Presidente serem oportunas estas observações e que do conteúdo da ata tanto poderia tomar conhecimento tanto o Sr. Prefeito como os vereadores

que tivessem faltado a sessão, e que mesmo os próprios vereadores podem levar ao conhecimento do Sr. Prefeito o que se passou na sessão. Disse que Sua Excelência querendo chegar a Casa se prejudicou porque todos os edis defenderam os interesses do município. Disse que Sua Excelência tivesse se entrosado melhor, sentindo-se mais conscião de sua responsabilidade, não estaríamos não propriamente envergonhados mas de uma certa forma constrangidos com o defeito dos presentes acontecimentos. Um Prefeito é um escravo da Casa de leis, não lhe sendo isto uma desonra, porque todos que obedecem as leis e a constituição, terminam bem as suas gestões, não acontecendo por consequente casos como o que tem acontecido de deputados serem jogados nas saquetas. O vereador Vicente Brazzans elucidou que no caso do recolhimento das cizas se tivesse existido uma elevação das taxas, o montante da ciza a ser recolhida passaria a ser mais sendo a pessoa que ficou com o dinheiro da ciza responsável pelo pagamento das diferenças motivada por alteração da taxa da ciza ou avaliação do valor atual do imóvel. Os rapazes da Prefeitura tem prova da existência de dinheiro de cizas há já muito tempo em mãos de Sua Excelência, sem contudo ser dito dinheiro recolhido aos cofres municipais. Em seguida o Sr. Presidente disse que o recolhimento da ciza é o ponto inicial para a lavatura da escritura, devendo ser recolhida logo. Uma vez recolhida a ciza pouco importa seja a escritura lavada e cumpre-se observar que a Prefeitura sem numerário não pode funcionar. A seguir o vereador Antonio Femeel solicitou ao Sr. Presidente informes sobre quando seria feito o reajustamento e pagamento dos funcionários. Informou o Sr. Presidente que quanto ao pagamento a responsabilidade era do Sr. Prefeito. No caso da Prefeitura não ter numerário seria o caso de Sua Excelência recorrer a empréstimos. Disse que não


deve ser mantido poder por um simples espirito de verdade e que o reajuste estava em estudos na comissão, esperando-se que o próximo mês a matéria viesse ao debate. Disse ser desnecessário que houvesse restrição das despesas. Disse que na gestão passada não se fazia muita despesa com maquinas porque a Prefeitura não oferecia condições monetárias para suportar grandes despesas. Falou na necessidade da existencia de um equilibrio financeiro e que forçar a arrecadação urbana ou rural com aumentos exorbitantes é o suicidio de um municipio pequeno. Se houver um aumento de impostos, deve ser um aumento mínimo, porque senão poderíamos assistir o provocamento do despovoamento do nosso municipio. Em Garça se está dando aumento de impostos um tanto elevado que este municipio não suportaria nos mesmos niveis. O Legislativo dita o que deve ou não ser feito dependendo de uma conduta certa dos senhores vereadores o futuro de uma cidade. Infelizmente Garça não tem quase representantes rurais na Câmara Municipal. Acham que a terra não paga impostos. Ninguém sabe enquanto fica o imposto pago ao Governo Federal com o confisco cambial. Quem fica com o subsídio do café é o Governo Federal. Culparam o ministro da Fazenda embuido em ideais de capitais. Com dinheiro qualquer um administra; quero ver administrar sem dinheiro. Em Garça a Câmara também tem responsabilidade no que tangue ao desequilibrio econômico do municipio, porque deu leis que não deveria dar ao executivo. Os impostos rurais foram aumentados, em Garça de forma astronômica, mas não justifica sua Excia a applicação da cota do imposto de renda, do fundo rodoviário nacional e auxilio rodoviário estadual. Cito ainda o caso de Baum que recebe de fundo rodoviário mais de 20 milhões de cru-

zeiros e que foja as suas despesas porque na realidade não aplica o dinheiro como deve ser aplicado. A Vinlandia é uma cidade de âmbito rural mas as cidades maiores são as que recebem mais benefícios. Tivemos hoje a visita de homens de Santa Cruz e constatamos lá a existência de alteração no imposto territorial rural, mas uma alteração muito longe da de Gaio. A seguir o Sr. António Seruel disse que os trabalhadores trabalham e não recebem e não sabem quanto ganham. Pediu fosse feito um estudo da questão, visto que todos ficam impaciente trabalhando sem saber quanto vão ganhar, não sabendo portanto se o que vão ganhar dará para solva seus compromissos. O Sr. Presidente disse que a comissão vai estudar o caso, sendo necessário que a mesma realizasse um estudo melhor para que já no segundo semestre ser resolvida a questão. Disse ainda: Esperamos que o Senhor Prefeito diminua os empregados deixando só os antigos. Disse, não adiantar muito empregado, sendo preferível ter menos empregados e pagar-se bem aos mesmos. Disse ainda: Temos dois moços e dois meninos na parte interna da Prefeitura, que sabem desempenhar seus serviços, não poupano esforços, trabalhando quando necessários fora de hora. Disse que nem todos conhecem contabilidade pública e que esses cargos devem ser bem remunerados. Disse ser o cargo de contador simples mas não do alcance de todos. A seguir o vereador frei Leodoro de Louza disse que o contador ganhava mais na prefeitura que um professor e hoje se dá o contrário, ganha menos, vendo quase que forçado a abandonar o serviço público municipal e ir dar aula. Disse que a Casa deveria fazer um aumento de quase 100% e que o

Prefeito deveria fazer um corte de quase 100% dos emprega-
 gados, e que esperava que Sua Excia agisse logo no que
 tangia ao corte a ser feito a fim de facilitar o trabalho da
 comissão. A seguir o Sr. Presidente solicitou fosse inserido
 em ata 1 voto de louvor a marinha brasileira, por ocasião
 de comemoração da batalha do Riachuelo relembrando
 se os heróis da marinha que em março vimos vilipendi-
 dos e pisados pelo grupo comunista. Uma interferência
 na marinha foi o que mais forçou a queda do governo
 contribuindo para a vitória do governo revolucionário
 Na parte moral o Brasil está soerguendo-se.

Já alguém disse: Basta que os homens públicos sejam
 bem intencionados que tudo melhorará. Foi verifica-
 do que a próxima sessão ordinária cairia no próximo
 dia 1º de agosto. A seguir o Senhor Presidente deu por en-
 cerrado os trabalhos.

Devido o que de real aconteceu, lavei a
 presente ata a qual assina juntamente com o senhor
 Presidente e demais membros da Casa.


 Sebastião Corrêa
 Ruy F. Soares
 Adm. Batista
 Juracy Orlando
 Afonso Terin
 José Souza
